

AS RESISTÊNCIAS AO AJUSTE

Os governadores já começam a mobilizar-se contra os cortes de 15% na fatia da arrecadação federal reservada pela Constituição a estados e municípios. Os empresários e a sociedade civil refugam, não sem razão, o aumento de 5% em todos os impostos federais e os próprios líderes do governo, que inicialmente pareciam aprovar a proposta da equipe econômica, já começam a torpedear o projeto.

Independentemente do mérito da questão, é preciso ter em conta que a espinha dorsal do plano de estabilização é o equilíbrio das contas públicas. Como a nova proposta orçamentária chega à deliberação do Congresso rigorosamente zerada, a quebra de receitas da ordem de US\$ 6 bilhões — que é quanto o governo pretende arrecadar com os 15% dos fundos de participação de estados e municípios e com os 5% adicionais nos impostos



federais — voltaria a abrir um déficit de grandes proporções.

Carregada de razão, a própria equipe econômica condiciona o sucesso de qualquer outra etapa de seu plano ao fim do déficit público. Se o Congresso aceitar essas pressões, rejeitar a proposta do governo e não apresentar outras opções de corte de despesas ou de aumento da arrecadação, qualquer paulada posterior será inócua ou não pasará de estelionato eleitoral, semelhante ao que beneficiou o PMDB do então presidente José Sarney, em 1986.